



## UMA IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA DO LIVRO TRAGÉDIA EM MARIANA – SERRA CRISTINA

### A SOCIOLOGICAL IMAGINATION FROM THE BOOK TRAGEDY IN MARIANA – SERRA CRISTINA

Natanael Kovalski<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-6673-2317>

**Resumo:** O livro jornalístico publicado em 2018 pela jornalista e escritora Cristina Serra, sobre o desastre causado pelo rompimento da barragem de Fundão no dia 05 de novembro de 2015 em Minas Gerais. O livro, rico em detalhes de uma escritora que cobriu o desastre como jornalista à época dos fatos, contém um compilado jornalismo investigativo com toques de um estudo sociológico, entrevistas com os principais atores dos pós rompimento e com pessoas comuns das comunidades atingidas dão ao livro uma riqueza de detalhes suficientes para realizarmos aqui uma análise baseada no conceito da imaginação sociológica. Esta imaginação levou a um olhar pautado no histórico de exploração dos recursos naturais na região, histórico este que permite uma nova reflexão das causas do desastre. Nesse novo enfoque é possível ver que as causas do desastre relatadas no livro da Cristina Serra não são a fonte por si só, mas sim culminaram no clímax de um conjunto de causas iniciadas no Brasil colonial perpetuadas e adaptadas através dos séculos, que no ano de 2013 deram causa ao maior desastre ambiental do Brasil.

**Palavras-chave:** Imaginação Sociológica. Tragédia em Mariana. Serra Cristina. Desastre Ambiental.

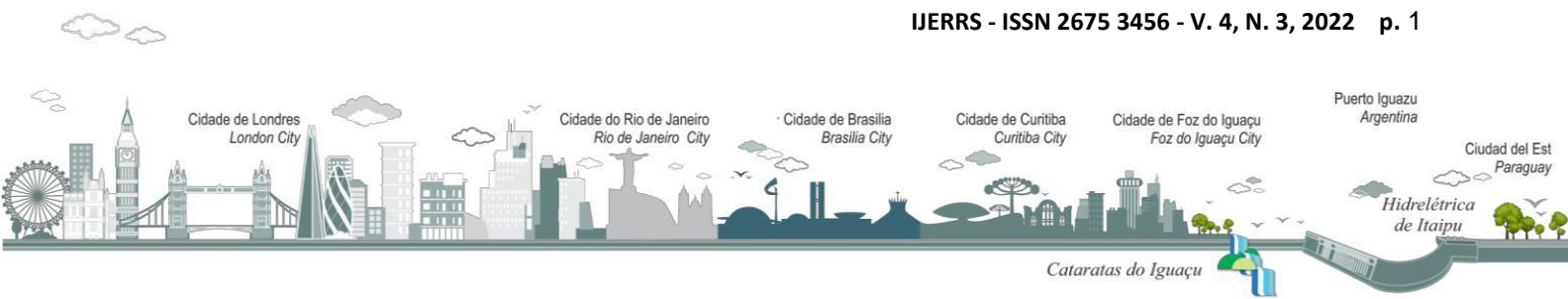
**Abstract:** The journalistic book published in 2018 by journalist and writer Cristina Serra, about the disaster caused by the collapse of the Fundão dam on November 5, 2015, in Minas Gerais. The book, rich in details from a writer who covered the disaster as a journalist at the time of the events, contains a compilation of investigative journalism with touches of a sociological study, Interviews with the main actors of the post-collapse and with ordinary people from the affected communities give the book a wealth of detail sufficient to carry out an analysis based on the concept of the sociological imagination here. This imagination led to a look based on the history of exploration of natural resources in the region, a history that allows a new reflection on the causes of the disaster. In this new approach, it is possible to see that the causes of the disaster reported in Cristina Serra's book are not the source per se, but rather culminated in the climax of a set of causes initiated in colonial Brazil, perpetuated, and adapted through the centuries, which in the year of 2013 caused the biggest environmental disaster in Brazil

**Key words:** Sociological Imagination. Tragedy in Mariana. Serra Cristina. Environmental Disaster.

## INTRODUÇÃO

O trabalho aqui ora analisado trata-se de um livro jornalístico publicado em 2018 pela jornalista e escritora Cristina Serra, sobre o desastre causado pelo rompimento da barragem

<sup>1</sup> Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. [natanaelkovalski@id.uff.br](mailto:natanaelkovalski@id.uff.br)





de Fundão no dia 05 de novembro de 2015 em Minas Gerais, rompimento este que desencadeou o que é conhecido como o maior desastre ambiental do Brasil.

O livro, rico em detalhes de uma escritora que cobriu o desastre como jornalista à época dos fatos, contém um compilado jornalístico desde os primeiros dias do colapso do barramento.

Posterior ao evento a autora se dedicou a produção do livro realizando um trabalho fantástico digno de um jornalismo investigativo com toques de um estudo sociológico, entrevistas com os principais atores dos pós rompimento e com pessoas comuns das comunidades atingidas dão ao livro uma riqueza de detalhes suficientes para realizarmos aqui uma análise baseada no conceito da imaginação sociológica.

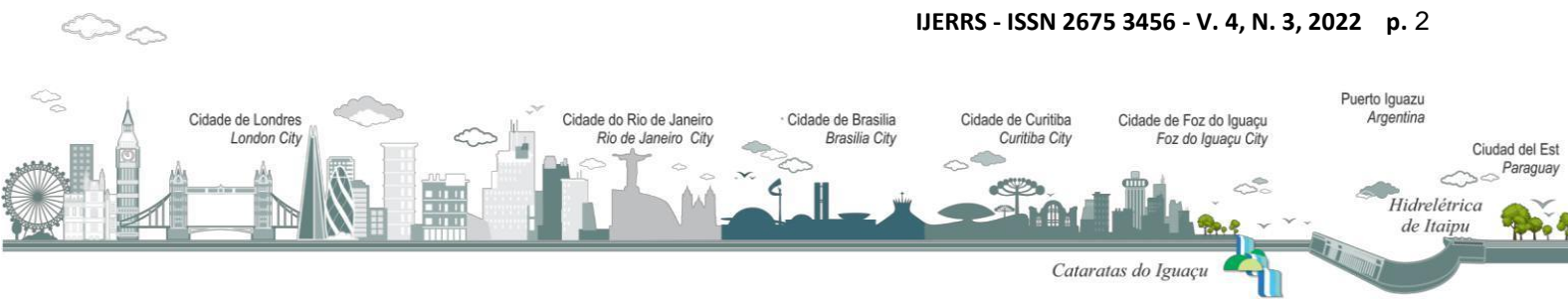
## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Imaginação Sociológica que este trabalho se propõe a permear foi apresentado pelo autor norte americano C Wright Mills (1972) para designar aquilo que o pensador acredita ser a melhor maneira para se “fazer” Sociologia. Desta forma se pretende ir além da experiência individual com as instituições com as quais as pessoas convivem. O conceito de Mills representa a capacidade que o pesquisador tem de analisar aquilo que “vai por trás” em simples acontecimentos da vida cotidiana e que trazem complexas tramas sociais subjacentes.

Para estabelecer essas conexões mais amplas entre indivíduo e sociedade torna-se necessário analisar a sociedade que vivemos de maneira externa, com o maior distanciamento possível, é primordial olharmos as coisas de maneira diferente a que estamos habituados, as tendências particulares que influenciarão nosso olhar e devem ser desfocadas.

Três balizas nortearam o desenvolvimento deste trabalho e o leitor deverá considerá-las durante a leitura, são elas: O estranhamento; Desnaturalização e a Sensibilização.

O *estranhamento* pode ser visto como a capacidade de não achar tudo “natural”, de olhar para o seu universo de significação como se fosse um mundo estranho a si próprio, com uma admiração nova, ou seja, uma visão não conformista das rotinas, reencantada do cotidiano, que crie uma situação que nos leve a questionar os fatos e em como a vida se apresenta.





A *desnaturalização* significa, exatamente o que exprime o significado da palavra aplicado a vida cotidiana, é um exercício de distanciamento da ideia de que a “realidade” é aquilo que representamos dela; ou seja, consiste em fazer uma releitura do mundo, com novas explicações diferentes do “senso comum”, sem deixar de considerar as explicações mais singelas, procurando compreender o processo de construção e difusão das explicações que visam naturalizar os fenômenos sociais.

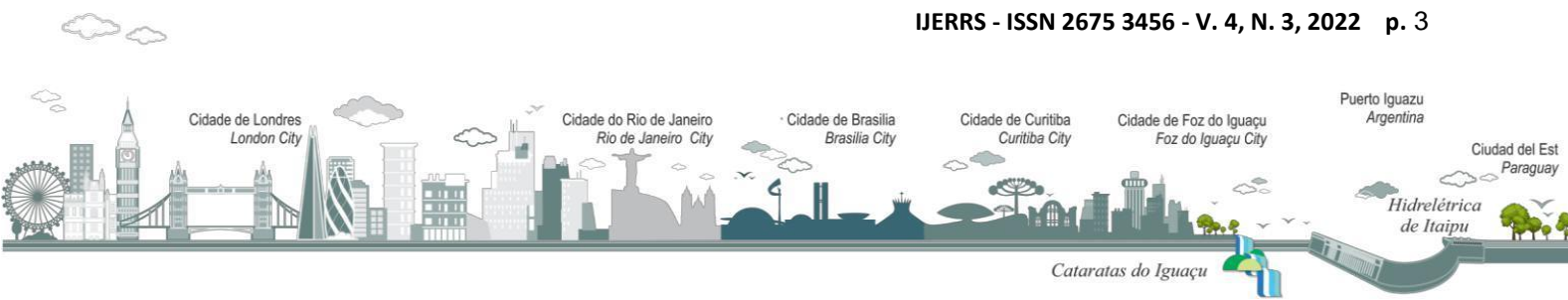
Frases da envergadura “isso é assim mesmo”, “sempre foi assim”, “não adianta” denotam comportamentos de naturalização no dia a dia das pessoas, uma visão sociológica deve se desprender desse fenômeno. Por fim, a *sensibilização* é se afastar das indiferenças e incompreensões nas relações humanas, é compreender os problemas que afetam as comunidades.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Páginas amareladas dos livros que narram as aventuras dos bandeirantes relatam que em 16 de julho de 1696, bandeirantes paulistas comandados por Salvador Fernandes encontraram ouro no curso d’água e se estabeleceram nas margens do Ribeirão do Carmo. Assim nascia o povoado que mais tarde seria chamado Mariana em homenagem à rainha Maria Ana D’Áustria (PREFEITURA DE MARIANA, 2022).

Fica claro que a história de Mariana é também uma história de busca por ouro e de exploração dos recursos naturais. A Mariana que conhecemos hoje não nasce sem a mineração. Mariana tem uma importância notável na história do estado brasileiro de Minas Gerais, foi a primeira vila (1711), a primeira capital (1712), a primeira cidade (1745) e a primeira diocese (1745).

Mariana nasce e se desenvolve no seus primórdios sob um aspecto de exploração colonial abastecendo Portugal com o minério de ouro, alicerçada no trabalho escravo, e obviamente sem nenhuma preocupação ambiental ou com a saúde dos trabalhadores, um escravo não durava mais de cinco anos nesta atividade, condições extremamente insalubres de frio extremo, falta de oxigênio no interior das minas, insuficiência alimentar, e doenças transmissíveis eram comuns nessas comunidades, “acidentes de trabalho”, eram comuns,





soterramentos ou afogamentos causado pelo rompimento das barragens de contenção das minas tinham os escravos como vítimas (CARVALHO, 2022).

Nem só de escravos eram compostas essas sociedades mineiras, colonos, brancos europeus formavam uma sociedade que desde o início de sua conformação, tinha uma hierarquização social fortemente excludente. Essa conformação social criou uma lógica de produção contínua da exclusão social, aliada ao fim da escravatura e do ciclo do ouro na região, gerou uma enorme população livre pobre, cuja imensa maioria constituía um campesinato de peso considerável na região (LIMA, 2003).

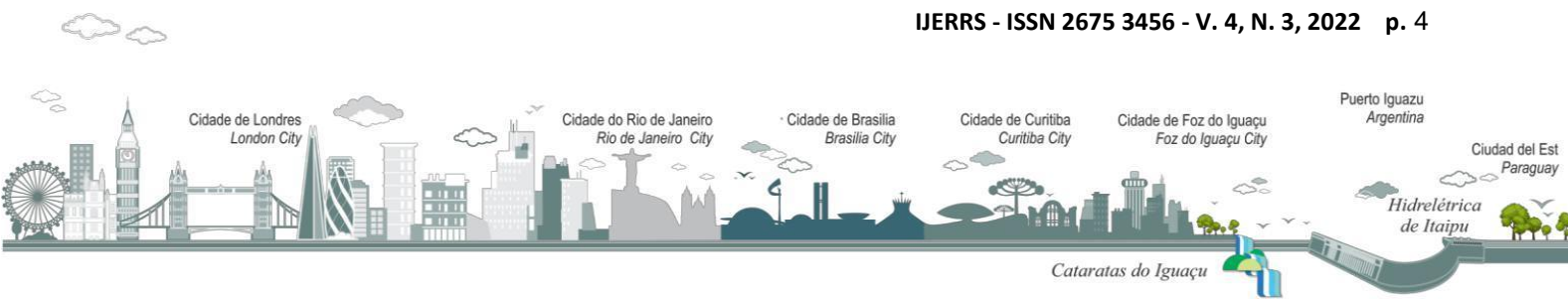
Esta sociedade em meados dos anos 1970, ganhou novos ares, com o minério de ferro. É nessa época que as mineradoras chegaram, como conta o historiador Paulo Gracino Junior trouxe uma sensação de progresso para os moradores. A cidade cresceu, graças à população que veio em busca dos empregos oferecidos pelas empresas. Mariana se viu aprendendo a dividir o espaço e a lidar com o outro, com o estrangeiro (SOUZA, 2017).

A primeira década dos anos 2000 foi marcada por bonança no setor, as mineradoras aumentaram a produção, em 2013, o Brasil foi responsável por quase 15% da exportação mundial de minério (SOUZA, 2017).

A história de Mariana mostra que a região toda incluindo seus distritos e subdistritos estão intimamente ligadas a exploração dos recursos naturais sob uma lógica de exportação, em detrimento ao desenvolvimento regional caracterizado pelo abandono da região pós ciclo do ouro e ressurgimento da importância no ciclo do ferro. Da exploração da mão de obra antes escrava ora operária, vários relatos do livro apontam evidências dessa exploração como por exemplo demissões injustas vejamos o relato de uma das viúvas da tragédia:

Daniel Altamiro de Carvalho, 53 anos, estava havia três meses no novo emprego — operador de máquinas da empresa Integral Engenharia, terceirizada da Samarco — quando a barragem estourou. O trabalho novo era uma volta por cima depois de ter sido demitido, em 2014, da Vale, onde estivera por 25 anos. “Ele ficou muito chateado, nunca explicaram para ele o motivo. Foi uma demissão injusta, ele ficou revoltado”, contou a viúva Tania, 49 anos, professora do ensino fundamental (SERRA, 2018, p. 157).

O descaso com a saúde e segurança antes dos escravos ora dos trabalhadores também é evidenciado como parte da exploração, vejamos o seguinte relato dos dirigentes





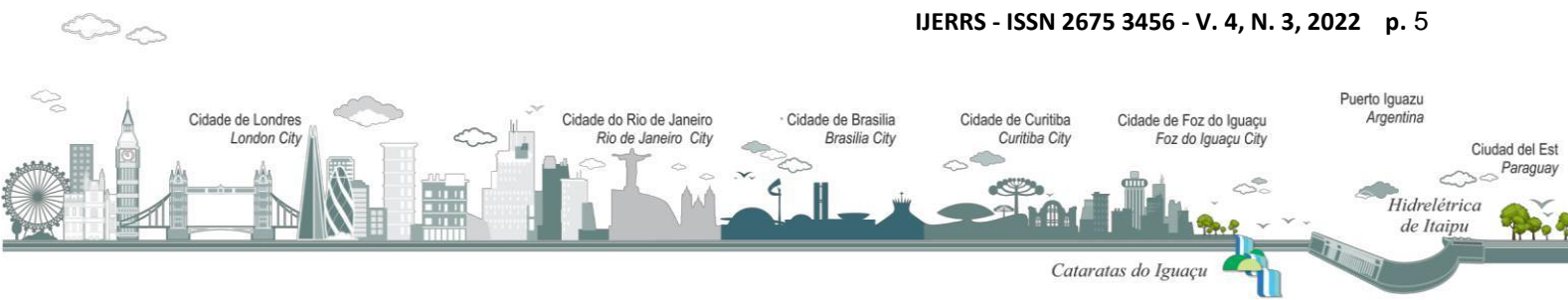
da Samarco onde comemoram a redução dos acidentes de trabalho deixando claro que eles aconteciam mais do que deveriam na empresa:

Vescovi destaca ainda os bons resultados do ano que terminara, voltados para a saúde e a segurança do trabalhador, e as ações de “desenvolvimento social”, mostrando o “cuidado com quem está em torno da Samarco”. Os diretores seguem na mesma toada. O de Operações e Infraestrutura, Kléber Terra, comemora a *redução dos acidentes de trabalho* e dos custos de produção ao mesmo tempo que a produtividade aumentara. E faz a sua peroração sobre segurança no trabalho: “Só as pessoas que estão Conscientes dos riscos que correm e do trabalho que estão fazendo podem de fato agir de forma proativa nos quesitos de segurança (SERRA, 2018, p. 70).

A exploração dos recursos naturais ao longo da história dessa região secular é também intimamente marcada pelo desrespeito ao meio ambiente e aos povos originários a exemplo disso está o extermínio planejado e executado dos índios Botocudos que habitavam a região, vejamos esse relato macabro e estarrecedor do escritor Marco Antônio Tavares Coelho, no livro Rio Doce — A Espantosa Evolução de um Vale.

Segundo o escritor, os botocudos dominaram as florestas do médio e baixo rio Doce até fins do século XVIII, quando houve o esgotamento das minas de ouro e diamante. A partir dali a Coroa se interessou pela ocupação dos territórios até então dominados pelos índios guerreiros:

Com a decadência da mineração, o vale do rio Doce passou a ser visto como uma solução para a província sair da estagnação em que se encontrava e como o caminho mais curto para colocar Minas Gerais em ligação com o litoral. Mas, para tanto, era indispensável eliminar os ‘botocudos’. O território ocupado pelos indígenas passara a ser cobiçado para extração madeireira, agricultura e pecuária. As campanhas militares contra os índios ficaram sob a direção de uma Junta de Conquista e Civilização dos Índios e da Navegação do Rio Doce, subordinada à Secretaria de Estado da Guerra, da corte imperial. Estava aberto o caminho para o quase extermínio dessas populações. Diante dos massacres, o político e empresário mineiro Teófilo Otoni tornou-se um defensor dos índios. Numa carta ao escritor Joaquim Manoel de Macedo, autor de *A Moreninha*, em 1858, escreveu: “Matavam-se as aldeias no Jequitinhonha, no Mucuri, e no rio Doce, em Minas e no Espírito Santo. (...) e para que se não pudesse pôr em dúvida a façanha, o comandante trouxe para São Mateus o asqueroso despojo de 300 orelhas, que mandou amputar aos selvagens assassinados (SERRA, 2018, p. 331).





O leitor ora estarecido pelo relato da eliminação planejada dos botocudos pode estar pensando: Isso foi em outro século nossa sociedade não o permite mais, infelizmente não o é verdade povos originários remanescentes do Rio Doce os índios Krenak, afetados diretamente pelo mar de lama que nas palavras dos próprios indígenas matou o Watu como é chamado o Rio Doce pelos indígenas, após terem sua principal fonte de sustento e modo de vida arrancados pela lama estão sofrendo abusos sistemáticos que levam a perda da identidade cultural.

Ailton Krenak filho dessas terras é um indigenista reconhecido nacionalmente pela coerência e luta pelos direitos dos povos originários, participante da constituinte de 1988 em entrevista a autora Cristina Serra declara:

Gostaria de levar os índios da reserva para outro lugar, alguma unidade de conservação com recursos naturais, para que os índios voltassem a viver como índios (SERRA, 2018, p. 333).

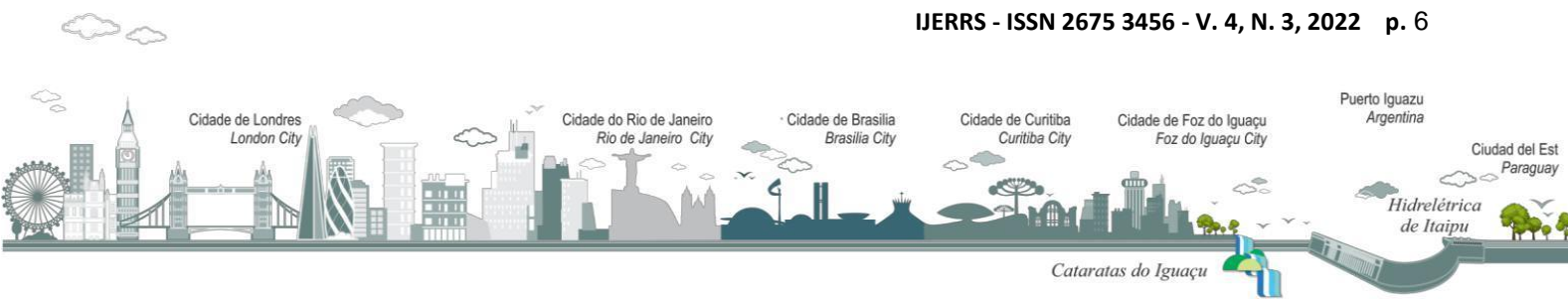
Ao relatar a morte da sogra que parece ter desistido de viver após o desastre desabafa:

É uma tragédia o que está acontecendo com os Krenak. Nossos anciãos estão morrendo de tristeza. Daqui a cinco, dez anos, um menino Krenak não vai ter a sua cultura por que não está aprendendo a pescar, a caçar, a coletar (SERRA, 2018, p. 330).

Ailton vê na atuação da Fundação Renova e das empresas outra estratégia de aniquilação dos Krenak:

Elas estão soterrando o sofrimento das pessoas, enchendo a aldeia de mercadorias. As famílias se tornaram reféns do desastre. As empresas, que são autoras da violência e que cometeram um crime, viraram provedoras das famílias. É como se não tivéssemos direito de existir (SERRA, 2018, p. 333).

Quanto ao meio ambiente não é necessário relatar a degradação causada a época colonial, mas é estarecedor o desrespeito ao meio ambiente em favor do capital apresentado no capítulo 9 do livro de Cristina Serra, o capítulo relata o processo de licenciamento ambiental à época da construção da barragem já sob vigência das nossas legislações contemporâneas, em resumo todas as diversas autorizações necessárias foram a título de “ad referendum” que nada mais é que um adiantamento do processo, permitido quando o empreendedor comprova a urgência na concessão, sem nenhum tipo de fiscalização em loco.





Uma obra daquela envergadura com potencial apocalíptico de danos ao meio ambiente não parece lógico nem sensato que esse tipo de concessão seja decidido e assinado a título de “ad referendum” por apenas uma pessoa, no caso o secretário estadual adjunto de Meio Ambiente de Minas Gerais, Shelley de Souza.

Se engana o leitor se achar que a lógica exploratória das empresas deve mudar nos pós desastre, de uma maneira menos ética, mas não inverte é possível concluir que o desastre acabará por beneficiar a atividade mineradora na região, o fato da lama ter varrido o distrito de Bento Gonçalves do mapa permitirá a construção de um projeto antigo da Samarco o “Projeto Mirandinha”, Bento Rodrigues era uma pedra no caminho da expansão da Samarco.

Em maio de 2013, dois anos e meio antes do desastre, a Samarco encomendara um estudo detalhado da comunidade à consultoria ambiental YKS, visando uma possível realocação total da comunidade.

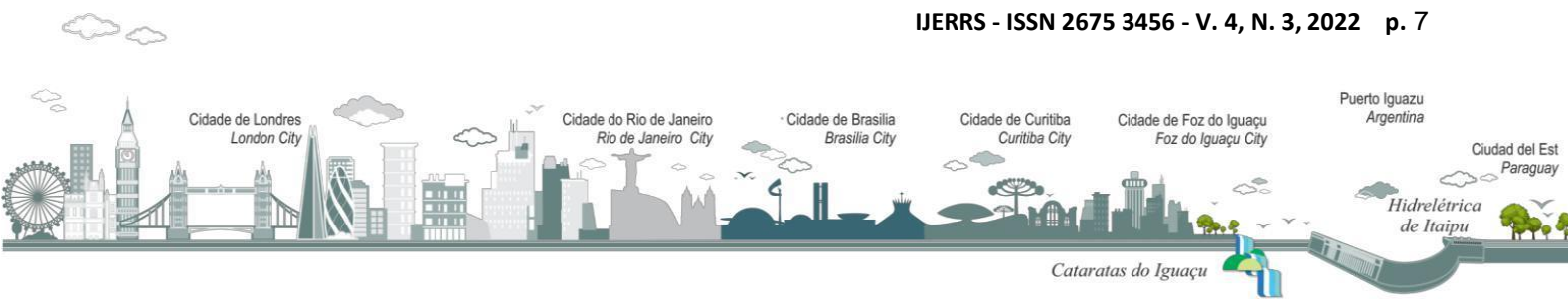
A construção pós desastre do dique S-4, que alagou parte dos terrenos de moradores de Bento Rodrigues, impedindo os mesmos de retornarem, é mais uma evidência, pois a obra foi executada mesmo com várias recomendações contrárias do Ministério Público, provando a intenção da empresa em se beneficiar do desastre, pois em efeitos práticos o dique S-4 sucede os diques S1, S2 e S3, a jusante da barragem rompida, que foram construídos de forma a conter os rejeitos que ainda eram mantidos no rio, para que não fossem carreados.

Em relação dique S-4 vejamos o que disse o promotor chefe do caso:

Para o S4, a Samarco não tinha projeto, os dados eram imprecisos e não tinha efeito prático nenhum. No caso de uma chuva torrencial, o S4 poderia, inclusive, agravar a situação. O S4 vai ser utilizado para a implantação de uma grande barragem no futuro. Ele compromete a viabilidade de qualquer cidadão voltar a ter sua moradia ali e de se fazer um memorial em Bento Rodrigues. O S4 enterra Bento Rodrigues (SERRA, 2018, p. 364).

Todo esse histórico de descaso do capital exploratório dos recursos naturais em detrimento ao meio ambiente, as pessoas, as comunidades, criou e mantém uma atmosfera permissiva, passiva e dependente da atividade exploratória, onde o capital tem mais voz que qualquer outro ator.

Se achas que o é exagero basta olharmos hoje ano de 2022, já se passaram sete anos do desastre é as ações de reparação são no mínimo questionáveis, informações obtidas no



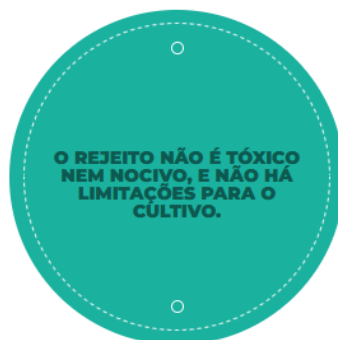


site da Fundação Renova nascida de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado entre as empresas responsáveis pelo desastre e governos, compromisso este largamente questionado desde a sua concepção por parecer favorecer as empresas. A Fundação Renova é a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG).

As informações do site da Renova denotam que grande parte da população continua sem reparação, a maioria morando de aluguel sem uma solução definitiva, os Krenak continuam sem uma solução permanente, e o meio ambiente continua sem nada, vejamos algumas informações das ações de reparação do site na Figura 1:

Figura 1 – Soluções para o rejeito.

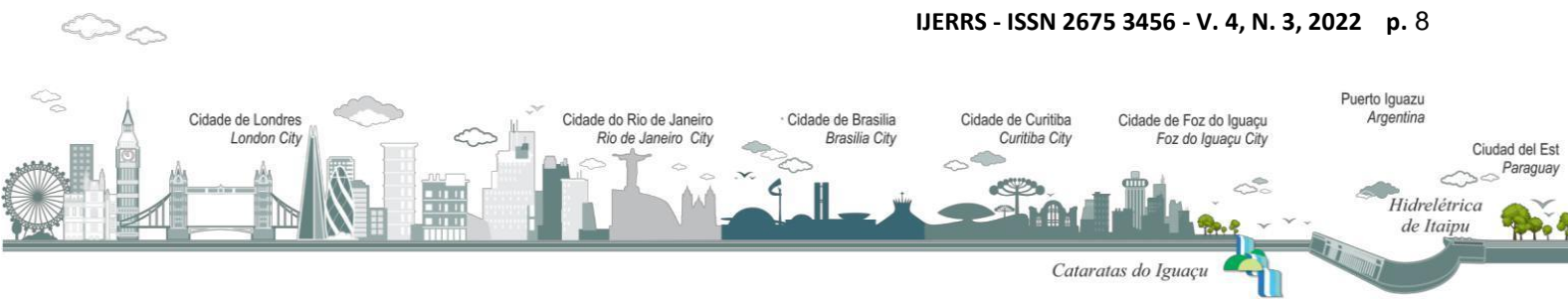
## Soluções para o Rejeito



Fonte: Fundação Renova, 2022.

Já no início das informações notamos o total descaso pois como podemos ver na Figura 1, a Renova nega qualquer dano à agricultura, agropecuária e ao solo, informação esta que contraria todos os relatos do livro em relação ao rejeito endurecido sob aspecto petrificado, causador de uma poeira amarelada que causa coceira e irritação em quem com ela tem contato, solo este que as plantas não se desenvolvem e impede a agricultura familiar, prática comum amplamente relatada como hábito de vida dos afetados pelo desastre.

Um importante mecanismo de resistência e busca dos direitos das vítimas do desastre é sem dúvida o jornal A Sirene, periódico produzido pelas vítimas, o veículo é mantido por um







acordo entre as vítimas, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana, vejamos o que o periódico traz sobre a contaminação do solo:

Estudo independente realizado em 2019 pelo Laboratório de Educação Ambiental, Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Pesquisa para Sustentabilidade (LEA-AUEPAS), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), revela que foram detectados elementos contaminantes no solo: arsênio (As), cromo (Cr) e mercúrio (Hg); na água: arsênio (As), chumbo (Pb), mercúrio (Hg), níquel (Ni), ferro (Fe) e manganês (Mn); e em leite de vaca: chumbo (Pb). No mesmo ano, um outro estudo feito a pedido do Ministério Público Federal (MPF) pela empresa AMBIOS – Engenharia e Processos Ltda. indicou contaminação ambiental na poeira domiciliar com cádmio (Cd) (CHAGAS; BATISTA, 2022, online).

Um dos grandes impactos do desastre na vida dos atingidos foi sem dúvida a perda das residências, a lama destruiu tudo que estava em seu curso. A Figura 2 mostra os números referentes a reparação das perdas dos domicílios e chácaras varridas pela lama, números muito aquém do mínimo esperado para sete anos de pós desastre.

Figura 2 – Famílias reassentadas.



Fonte: Fundação Renova, 2022.

Uma reportagem de agosto de 2022 da jornalista Ellen Barros do Jornal Brasil de Fato, mostra uma situação ainda mais grave um verdadeiro descaso com a situação habitacional e modo de vida dos atingidos A reportagem mostra que pelo menos 1246 famílias foram forçadas a migrar vejamos o recorte:

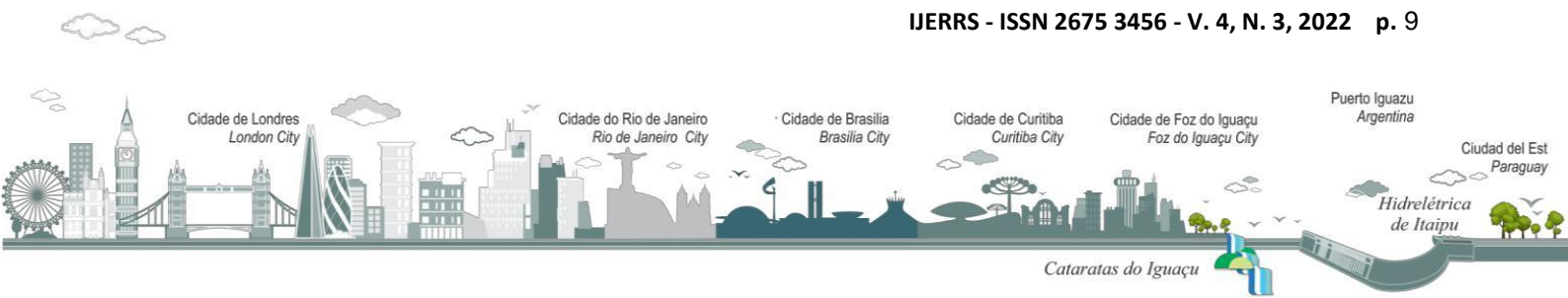




Figura 3 – Deslocamento Forçado pós-rompimento.

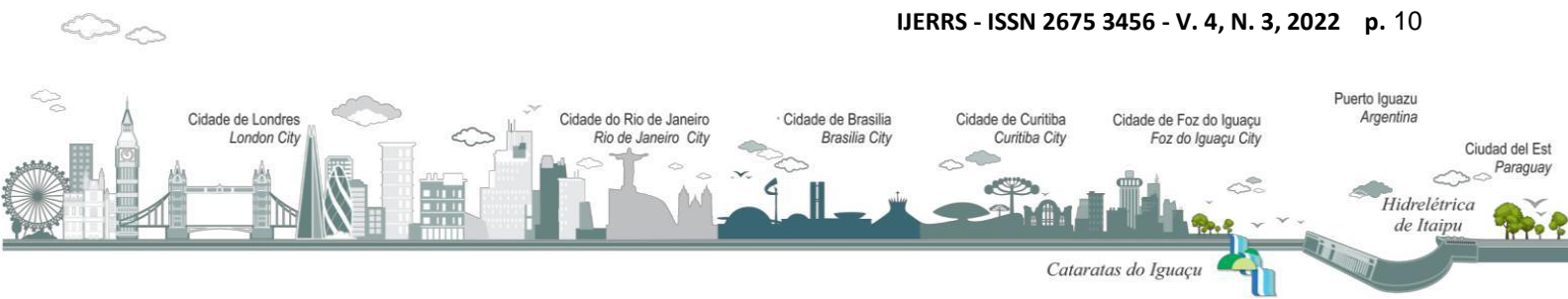


Fonte: Jornal Brasil de Fato, 2022.

O processo de empobrecimento das famílias após o rompimento da barragem é fator também relatado pela reportagem caracterizado por intenso sofrimento, um dos atingidos, Marino fala sobre o que considera gastos absurdos por parte da Fundação Renova/Samarco em ações que não promovem a efetiva reparação dos danos, na prática gastam com tudo menos com a reparação do dano.

Num exercício de empatia seria como uma empresa explodir a minha casa paga com pesadas prestações ao longo dos anos, com meu cachorro e todos os meus pertences dentro incluindo carro e moto, e após a explosão pagar um aluguel por sete anos numa casa longe do meu trabalho, longe dos meus parentes, da minha comunidade, longe do meu quintal onde cultivo minha pequena horta.

Ainda nesse exercício de empatia quando me vejo obrigado a procurar a empresa ou ajuizar uma ação a fim de ter minha casa reconstruída, tenho que recorrer a uma outra





entidade pois um acordo nefasto tirou a responsabilidade direta das empresas passando para um outro CNPJ uma fundação, uma outra entidade jurídica que se não me atender não terá muito impacto pois afinal a Fundação Renova não produz capital, não mancha a imagem institucional, não faz as ações cair da empresa que explodiu a minha casa.

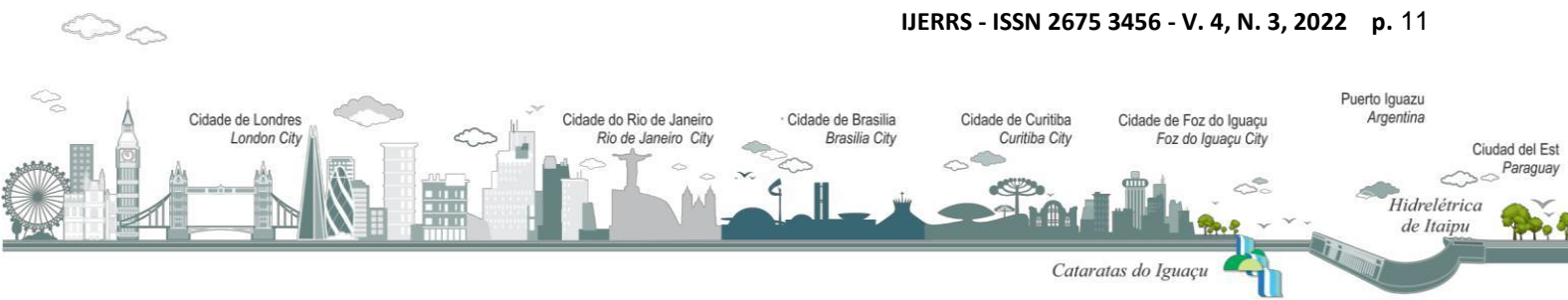
Em relação aos povos originários tão massacrados ao longo dos anos na região é triste notar que no site da Renova o povo Krenak extremamente afetado pelo desastre nem sequer aparece, demonstrando o total descaso das empresas com essa população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui produzida é oriundo de um esforço do autor, que sempre é levado a refletir fora do seu universo de significação, universo esse pautado pelo tecnicismo de um profissional de Defesa Civil e Segurança Pública com 17 anos de experiência nas atividades relacionadas aos desastres.

A análise visou lançar um novo olhar sobre o desastre de Mariana o qual foi ricamente descrito pela autora Cristina Serra, um olhar pautado no histórico de exploração dos recursos naturais na região, histórico este que permite uma nova reflexão das causas do desastre, não do ponto de vista técnico, administrativo ou jurídico, pois essas análises já foram muito bem feitas no livro da autora, Horacio Machado Araújo, professor da Universidade Nacional de Catamarca, na Argentina traz um enfoque novo no qual nos apoiamos, vejamos dois trechos do autor:

Naquele dia, naquelas circunstâncias e naqueles eventos, os tufões de flagelo da violência colonial estavam se agitando nos corpos. Em suas múltiplas formas, em sua dinâmica diacrônica e sincrônica convergindo em tal data, a violência da despossessão original reapareceu na violência criminosa de nosso tempo. Nestas múltiplas e antagônicas celebrações e comemorações, o colonialismo/colonialidade esteve presente como a espinha dorsal da era moderna, uma verdadeira era de catástrofes socialmente produzidas e politicamente naturalizadas. A colonialidade busca precisamente isso. Ela procura naturalizar as catástrofes, produzir sensibilidades e subjetividades acostumadas a viver com a dor da depredação e a desconsolação da injustiça. Ela transforma ruínas em monumentos históricos, e a história em uma memória tendenciosa que oclui sistematicamente o derramamento de sangue na construção da “proeza” da “Humanidade”. Pode-se dizer que Mariana é marcada por estas marcas pedregosas da colonialidade (ARÁOZ, 2022, online).





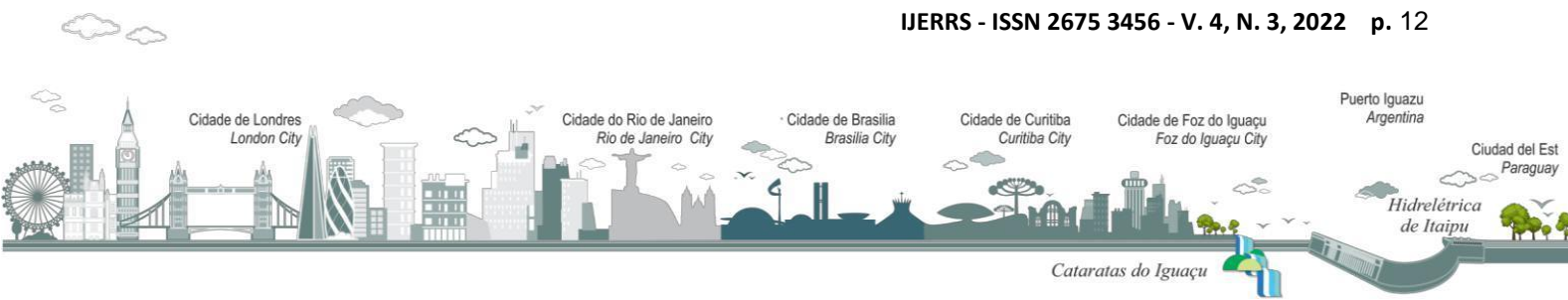
Nesse novo enfoque é possível ver que as causas do desastre relatadas no livro da Cristina Serra não são a fonte por si só, mas sim culminaram no clímax de um conjunto de causas iniciadas no Brasil colonial perpetuadas e adaptadas através dos séculos, que no ano de 2013 deram causa ao maior desastre ambiental do Brasil. Tal colocação se cimenta, se explica já que três anos após o desastre, outro desastre de mesmas causas e naturezas ocorreu na região, desta vez em Brumadinho onde outra barragem de mineração veio a colapsar vitimando 272 pessoas, das quais seis até hoje não tiveram os corpos encontrados.

Mais absurdo do que o desastre se repetir, é ter como causadora uma das mesmas empresas envolvidas no desastre de Mariana a mineradora Vale, uma prática comum nos acidentes industriais é se usar o case para evitar que se repita, o que não foi o caso desta vez, o desastre não serviu de aviso para revisão da segurança das barragens, dos processos de monitoramento de risco e alarme, quer uma prova do descaso?

Das 272 mortes de Brumadinho pelo menos 200 poderiam ter sido evitadas pois esse foi o número estimado de funcionários da empresa Vale que morreram almoçando no refeitório da empresa que ficava a poucos metros a jusante do barramento (PARREIRA, 2019), se pelo menos a Vale tivesse tirado a lição do desastre de Mariana que barragens podem colapsar, se tivesse aprendido que é necessário ter mais seriedade com a segurança dos funcionários teria feito a realocação do refeitório para um local seguro do complexo, pois teve três anos para pensar em tal solução mas não o fez.

Já os funcionários mais uma vez condicionados pelo histórico pernicioso da região em que vivem, não foram capazes de pressionar por tal mudança, pois parece óbvio que profissionais de mineração que entendiam mais do que ninguém dos riscos envolvidos se sentissem seguros ao fazer suas refeições logo abaixo de um modelo de estrutura que no passado recente deu causa a eventos catastróficos na região, atingindo vizinhos, parentes e conhecidos.

Era como fazer suas refeições todos os dias num matadouro, calado, esperando a morte que pode ser hoje ou pode ser amanhã, essa colocação pode parecer insensível, pode parecer que pretende colocar a culpa nas vítimas, mas não confundamos, isso só demonstra que as vítimas foram vítimas duas vezes, vítimas primeiramente do sistema histórico de opressão e dependência da atividade mineradora da região, e por fim, vítimas dos desastres anunciados.





A esperança mora no conceito de que um evento pode alterar as lógicas da visão de mundo de uma comunidade, alterar a noção de perigo, de ordem e desordem, de puro do impuro, de santo do profano, esta mudança da cosmovisão que ora reflexionamos é necessária para quebrar o ciclo exploratório nefasto da região e o evento pode ser o próprio desastre.

A moradora de Gesteira, Marli Gomes da Silva, ao escrever uma matéria publicada no Jornal a Sirene dá sinais dessa mudança, vejamos um trecho:

Ai, nossa escola, bonita, né? Não tem aluno, tá fechada, os alunos têm que sair daqui para ir estudar em outra comunidade, uma pouca vergonha. A escola é linda, mas, no mesmo instante que chove aqui fora, chove lá dentro, serviço malfeito que a Renova fez. Quando precisamos utilizar para alguma coisa, uma reunião, não pode, muita gente impede, não podemos nem pegar a chave para ter acesso. Quando tinha a outra escola, a gente a usava quando quisesse, era só pedir e tinha o salão ao lado também, que dava para fazer tudo. Hoje temos que fazer do lado de fora, na quadra, e a quadra também está cheia de esgoto, porque é um pouco caso com a nossa comunidade. Toda vez que a gente precisa de usar, eles não entregam a chave e, quando entrega, é na má vontade, uma confusão, falam que precisa de uma autoridade, aí fica lá fechada, para quê? Igual museu fechado. De museu já basta o Gesteira lá embaixo, que a lama derrotou, detonou tudo, a outra escola, igreja, e hoje aqui não tem nada para usar, para fazer uma reunião (ALEIXO; SILVA, 2022, online).

Com essa esperança trazida pela própria existência do Jornal a Sirene e matéria da moradora Marli repousamos na luta pelo bem das comunidades oprimidas.

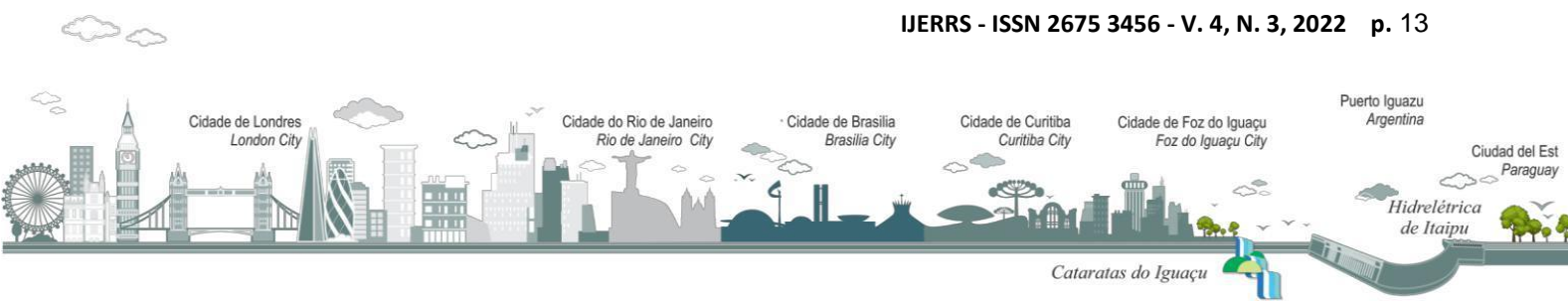
## REFERÊNCIAS

ARÁOZ, H. M. **Mariana, sete anos. Memória, dor e consciência da terra e existência.** Jornal A Sirene, Seção (a Voz dos atingidos pela barragem), Mariana-MG. 2022. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/todas/2022/11/05/mariana-sete-anos-memoria-dor-e-consciencia-da-terra-e-existencia>. Acesso em: 14 de nov. de 2022.

ALEIXO, V. L; SILVA, M. G. **Quantas Escolas o Rejeito Destrói.** Jornal A Sirene, Seção (Educação Todas), Mariana-MG. 2022. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/educacao/2022/10/28/quantas-escolas-o-rejeito-destroi>. Acesso em: 14 de nov. de 2022.

BARROS, E. M. **85% das famílias atingidas pela barragem sofrem deslocamento compulsório.** Jornal Brasil de Fato. Seção (o crime continua, Mariana-MG. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/17/mariana-85-das-familias-atingidas-pela-barragem-sofrem-com-deslocamento-compulsorio>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.

CARVALHO, L. **Trabalho Escravo Nas Minas.** Brasil Escola. 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trabalho-escravo-nas-minas.htm>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.





CHAGAS, A. R.; BATISTA, M. **Pessoas atingidas de Mariana ainda sofrem com a contaminação ambiental.** Jornal A Sirene, Seção (a Voz dos atingidos pela barragem), Mariana-MG. 2022. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/todas/2022/11/02/pessoas-atingidas-de-mariana-ainda-sofrem-com-a-contaminacao-ambiental>. Acesso em: 14 de nov. de 2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. Homepage: **Dados da reparação.** 2022. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/parceria-entre-fundacao-renova-e-brazilfoundation-proporciona-resultados-expressivos-a-negocios-da-bacia-do-rio-doce/>. Acesso em: 12 de nov. de 2022.

LIMA, D. **A produção social da desigualdade: Hierarquização social e estratégias de classe na formação da sociedade mineira (Mariana, 1701-1750).** 2003. 99f. Monografia (Bacharelado em História). Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2003.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

PARREIRA, M. **Colegas dizem que cerca de 200 funcionários da Vale estavam em refeitório atingido pela lama.** Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte-MG. 2019. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/25/interna\\_gerais,1024555/colegas-dizem-que-200-funcionarios-vale-refeitorio-lama.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/25/interna_gerais,1024555/colegas-dizem-que-200-funcionarios-vale-refeitorio-lama.shtml). Acesso em: 14 de nov. de 2022.

PREFEITURA DE MARIANA. Homepage: **Histórico.** 2022. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/historico>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.

SERRA, C. **Tragédia em Mariana: A história do maior desastre ambiental do Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

SOUZA, F. M. **Uma história com a mineração.** Jornal A Sirene, Mariana-MG. 2017. Seção (a Voz dos atingidos pela barragem). Disponível em: <https://jornalasirene.com.br/olhar-de-fora/2017/11/29/mariana-uma-historia-com-mineracao>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.

